

A (NÃO) INCORPORAÇÃO DO PRINCÍPIO DA GESTÃO DEMOCRÁTICA DA POLÍTICA URBANA PELA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL

Vitoria Virna Girao Chaves, Ligia Maria Silva Melo de Casimiro

As cidades possuem um lugar de centralidade no planejamento de políticas públicas pela Administração, isto porque é no âmbito local que os cidadãos buscam a concretização de seus direitos fundamentais e a satisfação de suas necessidades básicas, como habitação, trabalho, mobilidade e lazer. Nesse sentido, a Constituição de 1988 conferiu ao Município o status de ente federativo responsável pelo desempenho das funções administrativas a nível local, atribuindo-lhe o protagonismo no planejamento e execução da política urbana. O Estatuto da Cidade (Lei Federal nº 10.257/2001), regulamentando o dispositivo constitucional, definiu as diretrizes para consecução da política urbana pela municipalidade, dentre as quais destaca-se a gestão democrática, que tem como intuito proporcionar a transparência e a participação popular na elaboração e execução do planejamento urbano, por meio de mecanismos como conselhos, conferências e audiências públicas, que devem ser sistematicamente incorporados pela Administração Pública. Diante do exposto, busca-se com o presente trabalho observar em que medida os Municípios brasileiros têm incorporado o princípio da gestão democrática na elaboração e execução do planejamento urbano e quais os mecanismos adotados para tanto. Nesse sentido, utilizar-se-á a pesquisa bibliográfica, com a análise de obras e produções acadêmicas acerca do tema, bem como a pesquisa empírica, resultado do acompanhamento dos movimentos sociais urbanos na cidade de Fortaleza/CE. Como hipótese de pesquisa, tem-se que a Administração Pública Municipal, com raras exceções, ainda utiliza mecanismos pouco eficientes para a implementação da gestão democrática, resultado de uma ausência de interesse em promover a participação popular na formulação de políticas públicas, ficando tal participação limitada a desgastantes processos de revisão de planos diretores.

Palavras-chave: Política Urbana. Gestão Democrática. Participação Popular.